

# AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Por Pedro Ferreira de Andrade

O texto traz à tona a discussão sobre a avaliação escolar. Por ser um tema polêmico mostra quais novos sentidos e orientações vêm sendo sugeridas para a sua transformação prática, de modo que como instrumento educacional seja inclusivo, formativo e pedagógico. Busca esses novos sentidos e orientações em propostas de alguns autores atuais que rediscutem a questão e nas diretrizes nacionais atuais que organizam e revisam estruturas, estratégias e práticas educativas tais como a LDB, os PCN e as Diretrizes para Formação de Professores.

A conclusão é que a avaliação deve ter como finalidade a orientação da aprendizagem, a autonomia dos aprendizes em relação à mesma e a verificação das competências adquiridas.

## INTRODUÇÃO

De início definiremos os termos *avaliar* e *avaliação*. *Avaliar* segundo o Aurélio digital (2001) significa: determinar o valor, o preço ou a importância de alguma coisa. Já *avaliação* segundo a mesma fonte significa: 1. ação ou efeito de avaliar. - 2. procedimento de cálculo do valor de um bem. - 3. estimativa. - 4. valor determinado por quem avalia.

A partir dessa investida podemos afirmar que ambos termos num sentido geral podem ter vários sentidos, todos muito abrangentes, o que não seria diferente quando nos referimos a uma das variantes específicas, a avaliação educacional que pode resultar no mínimo em dois processos: avaliação institucional e avaliação da aprendizagem.

Em conformidade com o *Vocabulário Fundamental de Pedagogia* (Ipfling, 1974, p. 50), a avaliação dos alunos pelo professor designa o levantamento cuidadoso e a classificação sistemática, bem como a interpretação apreciativa dos modos de conduta e das propriedades dos alunos, que são de fundamental importância para a melhoria das atividades escolares e educativas. Inclui nessa definição a necessidade de observação prolongada do comportamento do aluno durante o ensino, no levantamento sistemático de dados por meio de testes e trabalhos escritos, no levantamento de dados anamnésicos (no lar, evolução e desenvolvimento) e no diálogo pessoal com o aluno.

Na literatura pedagógica atual que contempla o tema, podemos encontrar autores que propõem formas de realizar a avaliação que não se reduz à valoração de resultados conseguidos pelos alunos. Por isso há definições de avaliação bastante diferentes, e, em alguns casos bastantes ambíguas. Algumas destas chegam a entender que o sujeito da avaliação não deve ser, necessariamente, o aluno, mas, sim, a classe, ou mesmo o professor, ou outros fatores intervenientes que concorreram para um determinado resultado pelo avaliado.

Mesmo sendo conceito - avaliação - e designação de uma área de sua ação - avaliação educacional - permeada de vários sentidos, e suportando várias concepções e opiniões elaboradas por diferentes autores, prevalece na prática, levada a efeito no ambiente escolar, a avaliação educacional baseada na verificação (provas, testes, trabalhos) do rendimento do aluno fundada na necessidade de controle externo da aprendizagem. Essa forma prevalente é reduzida aos critérios e instrumentos

empregados pelo professor, geralmente ditados pela "instituição" onde esse trabalha, que, por sua vez, segue uma tradição na qual cabe apenas a visão e atuação unilateral de avaliação admitida sobre a acumulação de "conhecimento" pelo aluno ou sobre o que foi adquirido por ele mediante ensino, sendo a referência para análise e veredito o julgamento unilateral do professor o qual tem mandado para realizar a classificação quantitativa, por meio de notas, o que não inclui peso algum a auto-avaliação pelo próprio aluno, a avaliação que o aluno faz do professor e a análise de outros fatores intervenientes nos resultados.

Concordando com Zabala (1998), e bem na direção do que afirmou Paulo Freire (1996), de que "*não há docência sem discência*" (p. 26), distinguimos dois processos avaliáveis e, pelo menos, dois sujeitos que devem ser avaliados: o aluno que aprende e o professor que ensina. Nessa perspectiva o desempenho do aluno pode e deve ser relacionado ao desempenho do professor, além de outros fatores e agentes intervenientes também influírem no resultado da aprendizagem do aluno.

Zabala (1998) também percebe que a avaliação escolar correta não deve se cingir apenas à relação entre esses dois protagonistas diretamente envolvidos no processo educativo - o aluno e o professor -, pois na realidade o processo de ensino/aprendizagem em sala de aula inclui processos e relações pedagógicas grupais e a classe como um todo. Mas essa visão de avaliação pode ser ampliada ainda mais se não nos prendermos somente ao que acontece em sala de aula, possibilitando que tenhamos uma fotografia mais abrangente do processo de ensino/aprendizagem ao focalizar este como reflexo do todo, ou seja, a aprendizagem do aluno pode ser avaliada como resultante das condições gerais propiciadas pela instituição escolar e do esforço do próprio aluno para efetivá-la.

Estaríamos assim, a meu modo de ver, mais perto de uma avaliação institucional, pois nela não só os processos educativos são levados a efeito mas todos os fatores que concorreram proporcionados por uma unidade escolar, vinculando-se o resultado da aprendizagem do aluno às condições gerais que a escola oferece.

Com essa visão, penso que a avaliação que cabe ao processo educativo deve ser abrangente, consistente, contínua, sistemática, dinâmica, coerente e polissêmica, de modo que todos os fatores e agentes intervenientes também sejam considerados e analisados nos resultados obtidos pelo aluno.

Tenho também que concordar com os atuais sentidos dado a avaliação: mais que quantitativa ela deve ser qualitativa, levando em conta atitudes, aspirações, interesses, motivações, modos de pensar, hábitos de trabalho e capacidade de adaptação pessoal e social do aluno, aspectos intrínsecos e inter-relacionados com a construção do conhecimento.

No aspecto qualitativo de avaliação deve ter peso à auto-avaliação, considerando ser o próprio julgamento sobre o resultado da aprendizagem pessoal, um dos elementos que ajudará o aluno a identificar no que deve melhorar e a empreender esforço próprio para superar ou avançar na construção de conhecimentos.

## A LDB E A AVALIAÇÃO

Na LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20/12/1996), a avaliação é contemplada, diretamente, nos itens V, VI e VII, do art. 24, a seguir transcritos:

" Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

A avaliação também aparece no Art. 13 entre as responsabilidades dos docentes principalmente nos itens III a V. Nos demais itens deste artigo outros aspectos podem ser também inter-relacionados à avaliação, demonstrando quão ela é significativa na função docente. A seguir *in verbis* todos itens:

"Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade."

## PCN E AVALIAÇÃO

Nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) para os primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental (1ª a 4ª séries) a avaliação é contemplada claramente em um capítulo no volume 1, Introdução, aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A concepção de avaliação proposta pelos PCN (Brasil, MEC: 1997) pretende superar a concepção tradicional de avaliação, compreendendo-a como parte integrante e intrínseca do processo educacional.

É contraposta à avaliação tradicional, que é considerada restrita ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno.

Na perspectiva do documento a avaliação é um conjunto de atuações com a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica.

Deve acontecer "contínua e sistematicamente por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno" (idem, p. 81). É instrumento que procura conhecer o quanto o aluno se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada.

Mas ela só poderá ser efetivada se coadunadas as situações didáticas propostas com as reais capacidades dos alunos:

"a avaliação das aprendizagens só poderá acontecer se forem relacionadas com as oportunidades oferecidas, isto é, analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar" (ibidem).

De acordo com o documento a avaliação:

- subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos
- que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo individual ou de todo grupo;
- para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender;
- para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio.

Por esta perspectiva a avaliação deve ocorrer sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não somente após o fechamento de etapas do trabalho. Esse aspecto é processual, o que permite ajustes constantes para que o trabalho educativo tenha sucesso.

O documento propõe que o acompanhamento e a reorganização do processo e aprendizagem na escola inclua, necessariamente, uma avaliação inicial para o planejamento do professor, e uma avaliação final de uma etapa de trabalho.

Em suma, a avaliação contemplada nos PCN é compreendida como:

- elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino;
- conjunto de ações cujo objetivo é o ajuste e a orientação da intervenção pedagógica para que o aluno aprenda da melhor forma;
- conjunto de ações que busca obter informações sobre o quê e como foi aprendido;
- elemento de reflexão contínua para o professor sobre sua prática educativa;
- instrumento que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades;
- ação que ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de etapas de trabalho.

Uma concepção desse tipo (dos PCN) pressupõe considerar tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como o produto alcançado. Pressupõe também que a avaliação se aplique não apenas ao aluno, considerando as expectativas de aprendizagem, mas as condições oferecidas para que isso ocorra.

Os PCN propõem as seguintes orientações para avaliação:

- a perspectiva de cada momento da avaliação deve ser definida claramente, para que se possa alcançar o máximo de objetividade;
- considerar a diversidade de instrumentos e situações, para possibilitar, por um lado, avaliar as diferentes capacidades e conteúdos curriculares em jogo e, por outro lado, contrastar os dados obtidos e observar a transferência das aprendizagens em contextos diferentes;
- utilização de diferentes códigos, como o verbal, oral, o escrito, o gráfico, o numérico, o pictórico, de forma a se considerar as diferentes aptidões dos alunos. Considerando essas preocupações, o professor pode realizar a avaliação por meio de:
- observação sistemática - acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, utilizando alguns instrumentos, como registro em tabelas, listas de controle, diário de classe e outros;
- análise das produções dos alunos - considerar a variedade de produções realizadas pelos alunos, para que se possa ter um quadro real das aprendizagens conquistadas;
- atividades específicas para a avaliação - garantir que sejam semelhantes às situações de aprendizagem comumente estruturadas em sala de aula.

Os PCN defendem que a responsabilidade da avaliação deve ser compartilhada; não ser função exclusiva do professor. *"Delegá-la aos alunos, em determinados momentos, é uma condição didática necessária para construção de instrumentos de auto-regulação para as diferentes aprendizagens"*. (p. 86). Sobressai-se como instrumento de auto-regulação a auto-avaliação, importando no desenvolvimento de estratégias de análise e interpretações das próprias produções e dos diferentes procedimentos para se avaliar.

"Além desse aprendizado ser, em si, importante, porque é central para a construção da autonomia dos alunos, cumpre o papel de contribuir com a objetividade desejada na avaliação, uma vez que esta só poderá ser construída com a coordenação

dos diferentes pontos de vista tanto do aluno quanto do professor." (p. 86)

Desse modo a avaliação exige critérios claros que ajudem a analisar os aspectos a serem avaliados. É preciso estabelecer expectativas de aprendizagem dos alunos em consequência do ensino, expressados nos próprios objetivos dos critérios de avaliação propostos e na definição do que será considerado como testemunho da aprendizagem - trabalhos ou testes ou atividades etc. Do contraste entre os critérios de avaliação e os indicadores expressos na produção dos alunos surgirá o juízo de valor, que se constitui a essência da avaliação.

Os critérios de avaliação apontam:

- as expectativas de aprendizagem, considerando objetivos e conteúdos propostos para a disciplina, ou para o curso, ou para o ciclo;
- a organização lógica e interna dos conteúdos;
- as particularidades de cada momento da escolaridade e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social em uma determinada situação, na qual os alunos tenham boas condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social
- as experiências educativas que os alunos devem ter acesso e são consideradas essenciais para o seu desenvolvimento e socialização.

## DOCUMENTO DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A AVALIAÇÃO

Na Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior (2000) a avaliação é considerada parte integrante do processo de formação, pois "possibilita diagnosticar questões relevantes, aferir resultados alcançados considerando os objetivos propostos e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias" (idem, p. 43).

A função da avaliação é favorecer o percurso dos aprendizes e regular as ações de sua formação, bem como possibilitar a certificação. Não deve ser punitiva quando os aprendizes não alcançarem resultados satisfatórios nas verificações, mas ajudar os aprendizes a identificar melhor as suas necessidades de formação para que possam empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento na sua própria formação.

O prévio conhecimento dos critérios e dos instrumentos de avaliação são essenciais à conscientização do aluno em formação sobre o seu processo de aprendizagem, promovendo assim o

"exercício da metacognição, que implica conhecer e reconhecer seus próprios métodos de pensar, utilizados para aprender, desenvolvendo a capacidade de auto-regular a própria aprendizagem, descobrindo e planejando estratégias para diferentes situações" (*ibidem*, p. 44).

O conhecimento sobre os processos de conhecimentos em si mesmo quando partilhado no âmbito do trabalho coletivo pode beneficiar e ampliar as possibilidades de aprendizagem, por

meio do intercâmbio entre diferentes formas de aprender. Como o foco dessa Proposta é a construção de competências que irá nortear para um novo paradigma curricular escolar, a função de avaliar não é mais a quantidade de conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-los e de buscar outros para realizar o que é proposto, de modo que os instrumentos de avaliação só cumprirão sua finalidade nesse novo paradigma se "*puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos*" (ibidem).

## CONCLUSÃO

A avaliação educacional é parte fundamental do processo educativo que se não estivesse inserida nele seria incompleto ou sem sentido. Por isso nenhuma escola ou nenhum curso pode deixar de tê-la mesmo que seja indesejável a sua existência para maioria dos alunos e de professores, em conformidade com o observado por Esteban (2001, p. 9).

Deve ser implementada antes mesmo das atividades curriculares de sala de aula entre professores e alunos terem começado. Inicia-se com o planejamento curricular do curso ou da unidade de aula do curso, a partir do levantamento das necessidades de aprendizagem dos alunos, procedendo-se à seleção e organização dos conteúdos, as estratégias adequadas de avaliação e seus critérios.

A avaliação educacional deve ser encarada como um todo integrante do processo de ensino-aprendizagem e do funcionamento e organização acadêmica, nela cabendo ser considerado o diferente fator que influem na sua aplicação tais como:

- paradigmas educacionais;
- prioridades socioeducacionais;
- objetivos;
- recursos materiais e financeiros envolvidos;
- recursos humanos, incluindo a qualificação dos professores e de outros atores participantes;
- recursos instrumentais disponibilizados - tecnologia, materiais de apoio;
- bagagem do educando; infra-estrutura - edifícios, instalações;
- conteúdos - conhecimentos, informações; metodologia, técnicas de ensino e pesquisa;
- organização curricular - distribuição dos tempos e espaços disponíveis;
- técnicas e formas de avaliação do aproveitamento, progresso e desenvolvimento.

A avaliação educacional sempre precisará contar com uma variedade de recursos, fontes, dados e informações. Torna-se necessário recorrer na sua aplicação às mais diferentes estratégias, técnicas, instrumentos e medidas, e os resultados da aplicação serem analisados, interpretados e depois utilizados no sentido de melhoria de rendimento ou do desempenho do que é avaliado; no (re)planejamento e reconstrução das atividades educativas, inclusive da própria avaliação.

É importante atentar para o fato de que a avaliação não é uma atividade somente técnica. Essa forma de ver a avaliação baseada em controle e classificação, embora prevalente e arraigada no nosso sistema educacional em todos níveis de educação, é a menos compatível com os paradigmas emergentes educacionais. A forma prevalente advém de La

Salle que, em 1720, propôs em o *Guia das escolas cristãs*, o exame como supervisão permanente da aprendizagem, contrapondo-se a uma outra visão, a do Comenius (João Amós Comênio), que na sua *Didática Magna*, concebe a avaliação como um problema metodológico de aprendizagem e não de verificação desta (Garcia, 2001, p. 31).

A verdade é que, além de aparato técnico e metodológico, a avaliação exige posicionamento político, pois atrela-se a concepções pedagógicas que relacionam-se as mais distintas vertentes ideológicas, implicando em princípios e valores subjacentes. A avaliação representará sempre a ótica ou olhar de quem avalia, e quem avalia tem uma visão da realidade, uma competência científica e técnica e um engajamento político que irá se refletir na forma de avaliar e no critério definido que pode não ser o mais ético e o mais atento em promover as potencialidades de cada pessoa humana; do aluno enquanto cidadão.

Por fim, a avaliação deve ter como finalidade a orientação da aprendizagem, a autonomia dos aprendizes em relação à aprendizagem e a verificação das competências adquiridas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior**. Brasília: MEC, 2000. Disponível também em <http://www.mec.gov.br/sesu/>
- \_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- DICIONÁRIO Aurélio XXI, CD-ROM, 2001.
- ESTEBAN, M. T. (org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA, R. L. A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. In: Esteban, Maria Teresa (org.) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001
- IPFLING, H. **Vocabulário fundamental de pedagogia**. Lisboa: Edições 70, 1974.
- ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1988.